



### ATA DA 132ª REUNIÃO

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze (10/11/2011), às dezesseis horas e dez minutos, reuniram-se no DETER-SC - Departamento de Transportes e Terminais, situado no Edifício das Diretorias, Rua Tenente Silveira, 162, Centro, Florianópolis, Santa Catarina, os representantes da referido órgão, Wagner, Pedro Carlos Fernandes, Rogério Pinto, Roberta Marys da Cunha, Jean Nilso da Cruz, Izabel Cristina Ramos, Thiago Cardoso Pacheco, Francisco M. Couto Neto, Lia Proença Salomé, Fernando A. F. Lima; os representantes da Softplan, Bruno Espírito Santo, Rafaela Neuwald Techio e Glécio Nicoletti Junior; a representante do CIASC, Simone Zanco de Castro e os representantes da Secretaria Estadual de Administração, Guilherme W. Pereira e Marco Túlio de Oliveira, tendo com pauta da reunião: Segunda reunião de sensibilização e planejamento. Iniciando a reunião Bruno, da Softplan, conferiu a presença dos membros da comissão de mapeamento do DETER que foi definida na reunião anterior do dia vinte e seis de outubro (26/10/2011), consultou a inscrição de novos membros de setores que não tinham se integrado ao grupo de estudo. O Gerente do setor de fiscalização, devido a viagens constantes da sua equipe, pediu que se fizesse um agendamento prévio. Bruno esclareceu que as próximas reuniões poderiam ser setorizadas de acordo com a necessidade do mapeamento, mas que nesta reunião era importante a presença de todos os atores para assistirem à apresentação sobre a metodologia de trabalho e uniformização do conhecimento; ainda disse que outro momento importante, com a participação de todos, seria a validação do mapeamento do fluxo do processo. Na sequência, foram apresentados os membros das equipes da Softplan e SEA, em seguida, Bruno fez a apresentação. Durante a apresentação, foram feitas as seguintes intervenções e questionamentos: 1) quanto às assinaturas digitais, Guilherme informou que estão sendo feitos estudos sobre a legislação envolvendo COJUR, DEGOV para desenvolver uma primeira lei estadual que trate deste assunto, ainda que o SGP-e já tem uma instrução normativa e também que o que hoje existe é legislação federal. Guilherme salientou também que vai ser determinado de forma clara qual ponto será necessária à assinatura digital ou somente *login* e senha; citou os tribunais federais que estão mais avançados no processo digital. 2) Quanto ao protocolo de data e hora do processo, questionou-se que como ocorreria em local sem acesso rede de internet, e ainda pode provocar recurso judicial contra a autuação. Bruno sugeriu que esta informação poderia ser colocada a hora do relógio em um formulário. Informou-se também que o auto de infração tem dois horários, um de abordagem e outro de autuação. Bruno salientou que a intenção do trabalho é elaborar um sistema de acordo com a necessidade do órgão, conhecendo as regras de negócio e estes seriam os principais motivos das próximas reuniões. 3) foi questionado como o autuado iria assinar, pois a legalidade do documento é um primeiro passo para poder cobrá-lo. Bruno respondeu que se verificaria a possibilidade de enviar por *e-mail*, e ainda que iria ser feito todo o embasamento legal. Guilherme complementou dizendo que já existe entendimento com o Tribunal de Contas que já usa assinatura digital; que a primeira versão não é definitiva, pois pode sofrer modificações; disse ainda, que o processo pode ser materializado a qualquer momento dependendo da necessidade. 4) Foi questionado se a AR (Aviso de Recebimento) dos Correios poderia ser transformado em formato digital, considerando que é atualmente a notificação do autuado, e ainda, que é uma prova para o DETER, que foi dado o direito de se defender. Bruno responde com o exemplo do processo de notas fiscais eletrônicas; Guilherme complementou que qualquer documentação do processo pode ser transformada em



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEA**  
**DIRETORIA GERAL**  
**GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – GETIN**  
Projeto: Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico - SGPE

modelos virtuais e que é uma questão jurídica a ser resolvida. Guilherme salientou que durante o mapeamento poderiam ser identificadas necessidades de integrações entre sistemas, por exemplo, informações cadastrais, pois o SGP-e tem esta possibilidade. 5) Perguntou-se sobre a possibilidade de funcionamento “fora do ar”. Foi respondido que não funcionaria, mas que o sistema está sendo apoiado com a estrutura de segurança do CIASC e serão estudadas alternativas para estes casos. 6) Perguntou-se sobre a origem do SGP-e. Guilherme explicou que o SGP-e é resultado de uma estratégia de governo de governança eletrônica e que o antigo sistema de gerenciamento de processos administrativos não atendia mais as necessidades, sendo a digitalização uma tendência, e ainda, que o SGP-e está implantado em todos as secretarias e órgãos do Estado, mas, ainda trabalhando com processo físico, e o trabalho a ser feito no DETER e outros órgãos selecionados. Na sequência, Bruno comentou a sobre implantação do processo digital, capacitação dos usuários e monitoramento do processo; também citou as diretrizes metodológicas do projeto (apresentar todos os documentos, formulários; preparação prévia para a reunião; definição conjunta do cronograma de reuniões, presença dos participantes predefinidos). Foi questionado sobre a tramitação final, após o recurso, do DETER para o Conselho de Transporte de Passageiros (CTP) que é pertencente à Secretaria de Estado da Infraestrutura. Guilherme explicou que todo fluxo de processo está ligado a um assunto, se houver mais a frente um pagamento, por exemplo, seria um novo assunto, assim pode-se ligar o fluxo de Auto de Infração a um outro sub-fluxo quando necessário e que pode tramitar entre diferentes órgãos. Bruno salienta a importância de que se participe de todas as reuniões e sempre ter um representante de cada setor listado. Bruno apresentou também o módulo de treinamento virtual (DEAP) e também o serviço de atendimento por telefone (0800). Após as explicações e discussões, Bruno apresentou um exemplo de processo digital. Ele, em seguida, iniciou o planejamento e comentou que já se tinha noção do processo. Bruno pre-agendou com os presentes às reuniões com os diversos setores por onde tramita o processo. Nada mais havendo a tratar, declarou-se encerrada a reunião, sendo a presente ata lavrada por mim, Marco Túlio de Oliveira, que submetidas aos presentes e, achada conforme, será assinada por todos.

---

Fernando A. F. Lima  
DETER/GETIN

---

Thiago Cardoso Pacheco  
DETER/Protocolo

---

Wagner Bertoldo.,  
DETER/GEFIS

---

Pedro Carlos Fernandes  
DETER/GEFIS

---

Rogério Pinto  
DETER/GEFIS

---

Francisco M. Couto Neto  
DETER/GEAPO



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEA  
DIRETORIA GERAL  
GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – GETIN  
Projeto: Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico - SGPE

---

Jean Nilso da Cruz  
DETER/GEAFC

---

Roberta Mary da Cunha  
DETER/GAFC

---

Izabel Cristina Ramos  
DETER/Protocolo

---

Lia Proença Salomé  
DETER/GEAFC

---

Rafaela Neuwald Techio  
Softplan/Processos

---

Bruno Espirito Santo  
Softplan/Processos

---

Glécio Nicoletti Jr.  
Softplan/Analise

---

Simone Zanco de Castro  
CIASC/GIDES

---

Guilherme W. Pereira  
SEA/GETIN

---

Marco Túlio de Oliveira  
SEA/GETIN